

PARECER JURÍDICO Nº 150/2026/PGFHC

PROCESSO Nº 7896/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 17/2026

OFÍCIO Nº 206/2026 – SECOL

I – Relatório

Vem solicitação de Parecer encaminhada a esta Procuradoria para exame prévio de legalidade da fase preparatória do processo licitatório regido pelo Edital de Pregão Eletrônico N.º 17/2026, em atendimento ao disposto no *Art. 53 da Lei Federal Nº 14.133/2021 - Lei de Licitações*.

O aludido procedimento tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de análises clínicas 24 (vinte e quatro) horas com permissão de uso de espaço público para exploração do serviço destinado ao atendimento de pacientes internados e ambulatoriais encaminhados por esse nosocômio.

A instrução processual contempla, dentre outros, os seguintes documentos:

1. *Pedido de Compra (MV)*; 2. *Estudo Técnico Preliminar (ETP)*; 3. *Termo de Referência (TR)*; 4. *Pesquisa de mercado*; 5. *Minuta do edital e anexos*; 6. *Aprovação da autoridade competente para a abertura do certame*.

II – Análise do processo e fundamentação

O Art. 53 da Lei de Licitações estabelece que, *“ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da*



Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação". Ainda, nos termos do Art. 18, inciso I, da referida Lei, a fase preparatória compreende, entre outros, a definição do objeto, a estimativa de valor, a escolha do regime de execução, a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, bem como a previsão de recursos orçamentários.

O controle prévio de legalidade tem por finalidade, essencialmente, assegurar que o processo licitatório atende à legislação vigente, em consonância com os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência e interesse público, previstos no Art. 37, da Carta Magna e Art. 5º da Lei de Licitações.

No presente processo, extrai-se dos autos o pedido de compra, através do sistema MV, pela Direção Técnica Médica, bem como a respectiva autorização da abertura do certame pela autoridade competente no nosocômio, Sra. Vice-Presidente Administrativa, à Secretaria de Licitações do Município.

O *(i) Estudo Técnico Preliminar (ETP)* identifica a demanda, as soluções possíveis e a justificativa da escolha. Ainda, no *(ii) Termo de Referência (TR)* estão contemplados, em síntese, a descrição do objeto, as condições de execução dos serviços, os critérios de pagamento e as obrigações das partes.

No que tange ao *(iii) orçamento estimado*, esse contempla a pesquisa de mercado amparada em valores de empresas privadas que ofertam os serviços licitados, bem como os valores registrados em certames análogos realizados por entes públicos, cumprindo, portanto, o que preceitua o §1º do Art. 23 da Lei de Licitações.

Quanto à *(iv) minuta do edital*, o documento apresenta os requisitos elementares, quais sejam, o objeto, o regramento concernente às condições de participação, ao julgamento e habilitação, as sanções e infrações administrativas.



No que diz respeito aos demais requisitos legais, não se verificam vícios de legalidade, tampouco afronta a normas constitucionais ou infraconstitucionais.

III – Conclusão

Ante o exposto, esta Procuradoria **opina favoravelmente à continuidade do processo licitatório regido pelo Edital de Pregão Eletrônico N.º 17/2026**, tendo em vista que os documentos acostados aos autos atendem aos requisitos legais e principiológicos exigidos para a fase preparatória, conforme preconizam o Art. 5º e o Art. 53 da Lei N.º 14.133/2021.

São Leopoldo, 18 de maio de 2026.

Raquel França Hoff
Procuradora Geral da Fundação Hospital Centenário
OAB/RS 51.286

